

RECURSO ESPECIAL Nº 1.661.058 - MG (2017/0058912-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : **BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **ISABEL BERNARDO DE OLIVEIRA - CE006814N**
JAKELINE FIGUEIREDO DE MELO RODRIGUES E OUTRO(S) -
MG159756
RECORRIDO : **ILCO MARTINS SILVEIRA**
ADVOGADO : **LUIZ MARINHO DE ABREU E SILVA E OUTRO(S) - MG023114N**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão proferido pelo TJMG assim ementado (e-STJ fl. 310):

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. Insurgência contra decisão que indeferiu pedido para a suspensão da carteira nacional de habilitação, apreensão de passaporte e cancelamento de todos os cartões de crédito da executada. Medidas pleiteadas que são desproporcionais para a satisfação da obrigação, consubstanciando-se em violação ao direito de ir e vir e à dignidade da pessoa humana (art. 8º do CPC/2015). Recurso desprovido.

No recurso especial (e-STJ fls. 318/339), interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, o recorrente alega ofensa:

(i) aos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, II, parágrafo único, II, do CPC/2015, porque teria havido omissão, devendo "esclarecer se diante da declaração pelo tribunal de insuficiência do demonstrativo de débito apresentado na execução, seria o caso de oportunizar ao Banco, a emenda da inicial, com a juntada de um novo demonstrativo de débito" (e-STJ fl. 261), e

(ii) ao art. 801 do CPC/2015, porque "no caso concreto faz necessário antes da declaração de extinção do processo, que seja oportunizado ao Banco a juntada de novo demonstrativo de débito, com todas as informações necessárias ao julgamento da demanda" (e-STJ fl. 263).

O recorrido não apresentou contrarrazões (e-STJ fl. 271).

O recurso foi admitido na origem (e-STJ fls. 273/274).

É o relatório.

Decido.

Da omissão

Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC/2015.

Inexiste afronta ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o acórdão recorrido pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão

adotada pelo Juízo.

O Tribunal de origem assim se manifestou nos aclaratórios (e-STJ fls. 264/265):

No acórdão, por unanimidade foi consignada a imprestabilidade do demonstrativo acostado pelo então exequente, para o fim de atender à lei processual (...)

Assim, não há falar em emenda da inicial e, ainda, afastar a contradição e a omissão apontadas, visto que para fins de declaratórios considera-se omissos o julgado que deixa de examinar todos os pedidos possíveis de serem formulados pelas partes.

Desse modo, não assiste razão ao recorrente, visto que o Tribunal *a quo* decidiu a matéria controvertida nos autos, ainda que contrariamente aos seus interesses, não incorrendo em nenhum dos vícios previstos nos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015.

Além do mais, não há nulidade no acórdão recorrido, o qual possui fundamentação suficiente à exata compreensão das questões apreciadas.

Da emenda à inicial

A jurisprudência deste Tribunal pacificou o entendimento de que a ausência ou deficiência do demonstrativo de débito/planilha de cálculo não acarretam automaticamente o indeferimento da inicial da execução, devendo o juiz, antes de extinguir o feito, determinar que a parte corrija a inicial, juntando aos autos os documentos necessários, em atenção ao princípio da instrumentalidade do processo. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. DEFICIÊNCIA DO DEMONSTRATIVO DE DÉBITO QUE INSTRUI A INICIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO SINGULAR PARA SUPRESSÃO DO VÍCIO E POSTERIOR ADITAMENTO DA AÇÃO INCIDENTAL.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, "é suficiente para instruir a inicial de execução o demonstrativo que permite a exata compreensão da evolução do débito e informa os índices utilizados na atualização da dívida cobrada" (REsp 1.309.047/MT, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Rel. p/ Acórdão Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 27.08.2013, DJe 13.09.2013). Orientação jurisprudencial albergada pelo artigo 798 do Novo CPC.

2. Nada obstante, também é cediço nesta Corte que, "encontrando-se a execução instruída com título executivo hábil, a falta da adequada demonstração da evolução da dívida ou a ausência do simples cálculo aritmético, não acarreta, por si só, a extinção automática do processo, devendo o magistrado oportunizar a emenda a inicial para correção do vício (artigo 616 do CPC)" (AgRg no AgRg no REsp 987.311/MS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 12.04.2012, DJe 19.04.2012). No mesmo diapasão é o teor do artigo 801 do Novo CPC.

3. Consequentemente, constatado o cerceamento de defesa do devedor em razão da deficiência do demonstrativo da evolução da dívida que instruiu a inicial da execução, afigura-se impositiva a cassação do acórdão estadual e da sentença, a fim de que seja oportunizada, ao exequente, a supressão do vício apontado no prazo assinalado e, posteriormente, o aditamento e rejugamento dos embargos à execução.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.199.272/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 28/6/2016, DJe 1º/8/2016.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXECUÇÃO DE MULTA MORATÓRIA. INÉPCIA DA INICIAL DE EXECUÇÃO. DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DO DÉBITO INCOMPLETO.

NECESSIDADE DE OPORTUNIZAR AO CREDOR A EMENDA DA INICIAL. ARTS. 614, II, E 616 DO CPC/1973. SÚMULA 83 DO STJ. DECISÃO MONOCRÁTICA. POSSIBILIDADE. SÚMULA 568 DO STJ. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO À DEFESA DO DEVEDOR. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A Súmula 568/STJ autoriza o relator a julgar monocraticamente, para dar ou negar provimento ao recurso, quando houver entendimento dominante acerca da matéria. Portanto, a decisão está de acordo com a Súmula do STJ, hipótese albergada na alínea a do inciso IV do art.

932 do CPC/2015.

2. A jurisprudência pacífica desta Corte é no sentido de que a insuficiência ou incompletude do extrato analítico do débito não implica, de imediato, a extinção do processo, uma vez que deve ser oportunizada ao credor a emenda da inicial a fim de corrigir o vício (CPC/1973, art. 616), ainda que já opostos os embargos do devedor, caso em que, regularizado o vício, deve ser permitido ao embargante o aditamento dos embargos (AgRg no REsp 848.025/MG, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 4/2/2013).

3. A agravante não impugnou a contento a incidência da Súmula 83 do STJ ao presente caso, pois não trouxe nenhum precedente desta Corte em sentido contrário 4. A possibilidade de emenda da inicial pelo credor, em razão do princípio da instrumentalidade, não causa nenhum prejuízo à garantia do contraditório, ampla defesa ou ao devido processo legal, ainda que já opostos os embargos do devedor pois, neste caso, será permitido ao devedor, o aditamento dos embargos.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.374.988/ES, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 8/4/2019, DJe 10/4/2019.)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA. POSSIBILIDADE DE EMENDA À INICIAL PARA ACRESCENTAR A PLANILHA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. "Nos termos da jurisprudência consolidada no STJ, encontrando-se a execução instruída com título executivo hábil, a falta da adequada demonstração da evolução da dívida ou a ausência do simples cálculo aritmético, não acarreta, por si só, a extinção automática do processo, devendo o magistrado oportunizar a emenda a inicial para correção do vício (art. 616, do CPC)." (AgRg no AgRg no REsp 987.311/MS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 12/04/2012, DJe de 19/04/2012).

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.332.588/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 27/8/2019, DJe 12/9/2019.)

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para determinar o retorno dos autos ao magistrado de primeiro grau, para que, nos termos do art. 801 do Novo CPC, seja dada a oportunidade de o exequente regularizar a inicial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator